

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

O presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de empresa para fornecimento de pneus e serviços para manutenção de veículos/utilitários da frota municipal.

Com a nova Lei de Licitações o ETP passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Este procedimento licitatório para aquisição de pneus seguirá o rito da Lei Federal 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I

A necessidade de adquirir pneus e câmaras de veículos/utilitários para a frota municipal surge em decorrência de múltiplos fatores. Primeiramente, o crescimento constante da frota municipal, seja devido à ampliação dos serviços prestados à comunidade ou à substituição de veículos mais antigos, demanda uma quantidade maior desses componentes essenciais. Além disso, o desgaste natural dos pneus e câmaras devido ao uso contínuo dos veículos requer reposição periódica para garantir a segurança dos motoristas e passageiros, bem como a eficiência operacional dos veículos. Considerando ainda as projeções de expansão futura da frota, é crucial antecipar e satisfazer essa demanda crescente, assegurando que a infraestrutura necessária esteja prontamente disponível para atender às necessidades presentes e futuras da administração municipal.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Previsto no Plano Anual de Contratações. Aba Serviços Itens 1740 a 1752

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Os requisitos para a contratação de fornecedores de pneus e câmaras de veículos/utilitários para a frota municipal incluem:

Capacidade de fornecimento: O fornecedor deve ter capacidade comprovada para fornecer os pneus e câmaras necessários na quantidade e qualidade exigidas dentro dos prazos estipulados.

Conformidade com normas técnicas: Os produtos fornecidos devem estar em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, garantindo a qualidade e a segurança dos componentes adquiridos.



Preços competitivos: O fornecedor deve oferecer preços competitivos e justos, levando em consideração o mercado e as condições econômicas vigentes.

Experiência e reputação: É desejável que o fornecedor possua experiência prévia na prestação de serviços similares para entidades públicas ou privadas e uma reputação sólida quanto à qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Capacidade de atendimento pós-venda: O fornecedor deve demonstrar capacidade para oferecer suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo garantia dos produtos e serviços prestados.

Regularidade fiscal e trabalhista: O fornecedor deve estar regularizado perante os órgãos competentes, incluindo regularidade fiscal e trabalhista, demonstrando cumprimento das obrigações legais e tributárias.

Documentação necessária: O fornecedor deve apresentar toda a documentação exigida no processo de contratação, incluindo registros comerciais, certificados de qualidade, atestados de capacidade técnica, entre outros documentos pertinentes.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021):

A estimativa é baseada no Pregão Eletrônico 159/2022, bem como o tamanho da frota e quanto ao tempo de desgaste por uso dos pneus.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

No mercado atual, há uma variedade de soluções disponíveis para a aquisição de pneus e câmaras de veículos/utilitários para a frota municipal. Sendo as principais e mais viáveis:

Fabricantes de pneus renomados: Empresas reconhecidas mundialmente pela qualidade e confiabilidade de seus produtos, como Michelin, Goodyear, Pirelli, Bridgestone, Continental, entre outros. Essas empresas oferecem uma ampla gama de pneus para diferentes tipos de veículos e aplicações, com opções que atendem às necessidades específicas da frota municipal.

Distribuidores regionais: Distribuidores locais ou regionais de pneus que podem oferecer uma variedade de marcas e modelos de pneus, muitas vezes a preços competitivos. Esses distribuidores podem ser uma opção conveniente para aquisições menores ou para atender necessidades específicas da frota municipal.

Revendedores de peças automotivas: Revendedores especializados em peças automotivas que também podem oferecer uma seleção de pneus e câmaras para veículos/utilitários. Esses revendedores podem ser uma opção conveniente para adquirir pneus junto com outras peças e acessórios necessários para a manutenção da frota municipal.

Fornecedores online: Plataformas de comércio eletrônico que oferecem uma ampla variedade de opções de pneus e câmaras de diversos fabricantes. Essas plataformas podem oferecer conveniência e facilidade de comparação



de preços e especificações técnicas, facilitando o processo de aquisição para a administração municipal

A aquisição de pneus importados também pode ser uma opção a considerar, desde que atendam aos requisitos de qualidade, segurança e custo-benefício estabelecidos pela administração municipal.

6. IMPORTÂNCIA DA CAPACIDADE DE FRENAGEM EM PISO MOLHADO E RESISTÊNCIA À ROLAGEM NA SELEÇÃO DE PNEUS

A capacidade de frenagem em piso molhado e a resistência à rolagem são dois aspectos cruciais a serem considerados na seleção de pneus para a frota municipal, pois garantem a segurança, a eficiência e a sustentabilidade dos veículos.

Capacidade de Frenagem em Piso Molhado:

Em condições de piso molhado, a capacidade de frenagem dos pneus é fundamental para garantir a segurança dos veículos e evitar acidentes. Pneus com boa capacidade de frenagem em piso molhado permitem que o veículo pare em uma distância menor, mesmo em alta velocidade. Isso é especialmente importante para veículos que circulam em áreas urbanas, onde o risco de acidentes com pedestres e outros veículos é maior.

Resistência à Rolagem:

A resistência à rolagem dos pneus influencia diretamente o consumo de combustível dos veículos. Pneus com baixa resistência à rolagem permitem que o veículo percorra mais quilômetros com a mesma quantidade de combustível, o que gera economia para a administração municipal e contribui para a redução das emissões de gases poluentes.

Considerações Adicionais:

Ao selecionar pneus para a frota municipal, é importante considerar outros fatores além da capacidade de frenagem em piso molhado e da resistência à rolagem, como:

Tipo de veículo: Diferentes tipos de veículos exigem pneus com características específicas. Por exemplo, veículos pesados precisam de pneus com maior capacidade de carga e resistência ao desgaste, enquanto veículos de passeio precisam de pneus com boa aderência e dirigibilidade.

Condições de uso: As condições de uso dos veículos também devem ser consideradas na seleção dos pneus. Por exemplo, veículos que circulam em áreas com climas frios ou chuvosos precisam de pneus com boa aderência em piso molhado, enquanto veículos que circulam em áreas com climas secos e quentes precisam de pneus com boa resistência ao desgaste.

Custo: O custo dos pneus também deve ser considerado na seleção. No entanto, é importante não escolher os pneus mais baratos, pois isso pode comprometer a qualidade e a segurança dos veículos.

Recomendações:

Exigir que os fornecedores apresentem informações sobre a capacidade de frenagem em piso molhado e a resistência à rolagem dos pneus.

Optar por pneus com boa classificação em termos de capacidade de frenagem em piso molhado e resistência à rolagem, mesmo que isso signifique pagar um preço mais alto.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Ao seguir essas recomendações, a administração municipal poderá garantir a seleção de pneus de alta qualidade que garantam a segurança, a eficiência e a sustentabilidade da frota municipal.



**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)**

Com base no consumo dos últimos 12 (doze) meses e com o pregão 159/2022 a estimativa é de 515.410,00 (quinhentos e quinze mil, quatrocentos e dez reais).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução completa para a aquisição de pneus para a frota municipal envolve uma análise abrangente das diversas opções disponíveis no mercado, considerando tanto pneus importados quanto pneus de fabricação nacional, bem como outras soluções alternativas. O processo pode ser descrito da seguinte forma:

Levantamento das necessidades da frota: Inicialmente, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades da frota municipal em termos de pneus, levando em consideração fatores como tipos de veículos, condições de operação, quantidades necessárias e especificações técnicas requeridas.

Avaliação das opções disponíveis no mercado:

Pneus importados: São consideradas as opções de pneus importados de fabricantes reconhecidos internacionalmente. Sendo avaliados aspectos como qualidade, compatibilidade e disponibilidade de peças de reposição e suporte pós-venda.

Pneus nacionais: São avaliados os pneus produzidos por fabricantes nacionais, levando em consideração aspectos como qualidade, preço, disponibilidade e suporte técnico.

Seleção das soluções mais adequadas: Com base na análise das opções disponíveis, foram selecionadas as soluções mais adequadas para atender às necessidades específicas da frota municipal, levando em consideração critérios como qualidade, custo, disponibilidade, suporte técnico e impacto ambiental.

Aquisição e distribuição dos pneus: O processo de aquisição dos pneus será conduzido de acordo com as condições estabelecidas nos contratos, incluindo o cumprimento de todas as formalidades legais da lei 14.133 e demais legislações pertinentes ao certame. Os pneus serão então distribuídos para os diferentes veículos da frota municipal conforme necessário.



Monitoramento e manutenção: Será realizado um monitoramento contínuo do desempenho dos pneus em operação, bem como a implementação de medidas de manutenção preventiva para garantir sua durabilidade e eficiência ao longo do tempo.

Ao seguir este processo abrangente, a administração municipal pode garantir uma aquisição eficiente e bem-sucedida de pneus para sua frota, proporcionando segurança, confiabilidade e eficiência operacional aos veículos municipais.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Ao optar por não agrupar os itens, a administração promove uma competição mais direta entre os fornecedores, incentivando-os a apresentar propostas competitivas para cada item individualmente. Isso contrasta com a abordagem de agrupamento, que resultaria em disputas por lotes de itens. Ao permitir a competição item a item, pretende-se garantir uma compra mais vantajosa e selecionar os fornecedores como melhor preço em cada categoria de produto, maximizando assim a eficiência e a economia de recursos públicos.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados pretendidos da aquisição de pneus para a frota municipal podem ser demonstrados através de diversos indicadores e métricas, que refletem os benefícios esperados para a administração pública e para a comunidade atendida. Alguns exemplos de demonstrativos dos resultados pretendidos incluem:

Redução de custos operacionais: Monitoramento do custo total de propriedade dos pneus, incluindo aquisição, manutenção e substituição, comparando-o com períodos anteriores ou com outras opções de aquisição.

Aumento da eficiência operacional: Avaliação da disponibilidade dos veículos da frota para operação. O objetivo é demonstrar um aumento na disponibilidade dos veículos devido à redução de paradas não planejadas devido a problemas relacionados aos pneus.

Garantia da segurança dos veículos: Monitoramento de indicadores de segurança, como o número de acidentes relacionados a problemas nos pneus, aumentando a segurança dos motoristas e passageiros.

Maior durabilidade dos pneus: Acompanhamento da vida útil dos pneus adquiridos, comparando-a com a vida útil média esperada ou com períodos anteriores.

Sustentabilidade ambiental: Avaliação do impacto ambiental da aquisição de pneus, incluindo a redução na geração de resíduos e o uso de materiais reciclados. O objetivo é demonstrar um compromisso com a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução do impacto ambiental da frota municipal.

Satisfação do usuário: Realização de pesquisas de satisfação junto aos usuários da frota municipal, incluindo motoristas e gestores de frota. O objetivo



é obter feedback sobre a qualidade e o desempenho dos pneus adquiridos, identificando áreas de melhoria e garantindo a satisfação dos usuários.

Ao demonstrar esses resultados pretendidos, a administração municipal pode avaliar o impacto positivo da aquisição de pneus na operação da frota, na segurança dos veículos e na satisfação dos usuários, justificando o investimento realizado e subsidiando decisões futuras relacionadas à gestão da frota municipal.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Os serviços de substituição dos pneus e câmaras adquiridos será realizado pelos servidores do Parque de Máquinas.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A aquisição de pneus para a frota municipal pode ter diversos impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos. É importante considerar esses impactos ao tomar decisões relacionadas à escolha dos pneus e à gestão da frota. Alguns dos possíveis impactos ambientais são:

Impacto durante a produção: A fabricação de pneus envolve o uso de recursos naturais, como borracha, metais e petróleo, bem como processos industriais que consomem energia e água. Isso pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, consumo de água e geração de resíduos sólidos e líquidos.

Impacto durante o uso: Durante o uso dos pneus, há a liberação de partículas finas de borracha (conhecidas como microplásticos) e outros poluentes no ambiente, especialmente durante a frenagem e desgaste dos pneus. Esses poluentes podem contaminar o ar, o solo e os corpos d'água, afetando a qualidade do meio ambiente e a saúde humana.

Descarte e reciclagem: O descarte inadequado de pneus usados pode representar um problema ambiental significativo, contribuindo para a poluição do solo e da água e aumentando o risco de incêndios. No entanto, a reciclagem de pneus usados pode reduzir o impacto ambiental, permitindo a reutilização de materiais valiosos, como borracha e aço, em novos produtos.

Eficiência energética e economia de combustível: A escolha de pneus com baixa resistência ao rolamento pode contribuir para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases de efeito estufa, melhorando a eficiência energética da frota municipal e reduzindo seu impacto ambiental.

Ao considerar os possíveis impactos ambientais da aquisição de pneus, a administração municipal pode adotar medidas para mitigar os impactos negativos e maximizar os benefícios ambientais da operação da frota. Isso pode incluir a escolha de pneus ecoeficientes, a implementação de programas de reciclagem de pneus usados e a adoção de práticas de manutenção e descarte ambientalmente responsáveis.



13. O REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBSERVADOS OS POTENCIAIS DE ECONOMIA DE ESCALA

Fornecimento parcelado

14. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, O CRITÉRIO DE JULGAMENTO, O MODO DE DISPUTA E A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DA FORMA DE COMBINAÇÃO DESSES PARÂMETROS, PARA OS FINS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA APTA A GERAR O RESULTADO DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Modalidade de licitação: Pregão SRP Critério de julgamento: Menor preço por item Modo de disputa: Aberto,

15. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, MEDIANTE INDICAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO, E DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS, NAS LICITAÇÕES COM JULGAMENTO POR MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO, E JUSTIFICATIVA DAS REGRAS PERTINENTES À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO;

A justificativa para exigências de qualificação técnica na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é fundamental para garantir que os produtos adquiridos atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para operação dos veículos municipais. Alguns pontos a serem considerados na justificativa incluem:

Segurança dos veículos e passageiros: Pneus de qualidade inferior ou inadequados podem comprometer a segurança dos veículos e dos passageiros, aumentando o risco de acidentes e incidentes. Portanto, exigir qualificação técnica dos fornecedores garante que os pneus fornecidos atendam aos requisitos de segurança estabelecidos pelas normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

Durabilidade e desempenho: Pneus de baixa qualidade podem ter uma vida útil mais curta e um desempenho inferior em condições de operação adversas, o que pode resultar em maior frequência de substituições, custos adicionais e interrupções na operação da frota. Ao exigir qualificação técnica dos fornecedores, a administração municipal pode garantir que os pneus fornecidos tenham a durabilidade e o desempenho necessários para suportar as demandas da frota municipal.



Compatibilidade com os veículos e condições de operação: A frota municipal pode incluir uma variedade de veículos com diferentes características e requisitos de operação. Portanto, é importante que os pneus fornecidos sejam compatíveis com os diferentes tipos de veículos e as condições de operação específicas da frota. Exigir qualificação técnica dos fornecedores assegura que eles tenham o conhecimento e a experiência necessários para recomendar os pneus mais adequados para cada aplicação.

Suporte técnico e assistência pós-venda: A qualificação técnica dos fornecedores também é importante para garantir que eles possam oferecer suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo orientação na seleção dos pneus adequados, treinamento para a equipe de manutenção e resolução de problemas técnicos. Isso ajuda a maximizar a eficiência operacional da frota e a minimizar o tempo de inatividade dos veículos

A exigência de qualificação econômico-financeira na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é fundamental para garantir a solidez e a capacidade financeira dos fornecedores de cumprir com os termos do contrato e fornecer os produtos necessários de forma adequada e oportuna. Algumas justificativas para essa exigência incluem:

Garantia de fornecimento contínuo: Fornecedores financeiramente sólidos têm mais probabilidade de manter operações estáveis e fornecer continuamente os produtos necessários conforme estipulado no contrato. Isso reduz o risco de atrasos ou interrupções no fornecimento, garantindo que a frota municipal tenha acesso aos pneus necessários quando necessário.

Redução do risco de inadimplência: Fornecedores com boa saúde financeira têm menos probabilidade de enfrentar dificuldades financeiras que possam levá-los à inadimplência ou falência. Ao exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores, a administração municipal pode reduzir o risco de problemas financeiros que possam afetar o cumprimento do contrato e a continuidade do fornecimento de pneus.

Maior confiabilidade e segurança na transação: A qualificação econômico-financeira dos fornecedores aumenta a confiança da administração municipal de que eles têm os recursos financeiros necessários para cumprir com os termos do contrato. Isso proporciona maior segurança e tranquilidade durante todo o processo de aquisição.

Proteção dos recursos públicos: Exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores é uma medida de proteção dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro dos contribuintes seja investido em fornecedores confiáveis e financeiramente estáveis, que têm a capacidade de cumprir com os compromissos contratuais.

Prevenção de riscos operacionais: Fornecedores financeiramente frágeis podem enfrentar dificuldades para cumprir com os requisitos de qualidade e quantidade estabelecidos no contrato, o que pode resultar em problemas operacionais e impactar negativamente a eficiência e a segurança da operação da frota municipal.

Em resumo, a exigência de qualificação econômico-financeira dos fornecedores de pneus para a frota municipal é uma prática prudente que ajuda a garantir a continuidade do fornecimento, reduzir o risco de inadimplência,



aumentar a confiabilidade da transação, proteger os recursos públicos e prevenir riscos operacionais.

A justificativa para estabelecer regras pertinentes à participação de empresas em consórcio na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal reside em diversos benefícios e considerações importantes, incluindo:

Ampla capacidade de fornecimento: Permitir a formação de consórcios entre empresas aumenta a capacidade de fornecimento, possibilitando que pequenas e médias empresas se unam para atender às demandas da administração municipal, mesmo que individualmente não possuam os recursos necessários para fornecer todos os produtos requisitados.

Compartilhamento de expertise e recursos: Empresas participantes de um consórcio podem compartilhar conhecimentos, experiências e recursos técnicos, o que pode resultar em soluções mais completas e inovadoras para atender às necessidades da frota municipal.

Mitigação de riscos: Ao se unirem em um consórcio, as empresas podem compartilhar os riscos associados à execução do contrato, o que pode reduzir a exposição a riscos financeiros e operacionais, garantindo uma execução mais estável e segura do projeto.

Estímulo à competitividade: A participação de consórcios na licitação pode aumentar a competitividade do processo, permitindo que empresas menores concorram de forma mais efetiva com empresas maiores e estabelecidas no mercado, resultando em potenciais benefícios de preço e qualidade para a administração municipal.

Flexibilidade na composição do consórcio: Estabelecer regras claras para a participação de empresas em consórcio permite que a administração municipal defina critérios de elegibilidade e requisitos mínimos de qualificação para garantir a idoneidade e capacidade das empresas participantes, assegurando que apenas consórcios robustos e confiáveis possam participar do processo licitatório.

Promoção da diversidade e inclusão: A participação de consórcios pode promover a diversidade e inclusão no processo de contratação, permitindo que empresas de diferentes portes, setores e regiões geográficas se unam para competir de forma mais equitativa, contribuindo para um ambiente de negócios mais inclusivo e representativo.

Portanto, estabelecer regras pertinentes à participação de empresas em consórcio na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é uma prática que pode promover a eficiência, a competitividade, a diversidade e a mitigação de riscos no processo de contratação, resultando em potenciais benefícios tanto para a administração municipal quanto para as empresas participantes.

16. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em anexo.



17. DESDE QUE JUSTIFICADO, O ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ TER CARÁTER SIGILOSO, SEM PREJUÍZO DA DIVULGAÇÃO DO DETALHAMENTO DOS QUANTITATIVOS E DAS DEMAIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, E, NESSE CASO: I - O SIGILO NÃO PREVALECERÁ PARA OS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO; PARÁGRAFO ÚNICO. NA HIPÓTESE DE LICITAÇÃO EM QUE FOR ADOTADO O CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MAIOR DESCONTO, O PREÇO ESTIMADO OU O MÁXIMO ACEITÁVEL CONSTARÁ DO EDITAL DA LICITAÇÃO.

Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não terão prejuízos a administração.

18. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021).

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Joel Roberto da Silva Oliveira
Fiscal de Recebimento/Execução:	Joel Roberto da Silva Oliveira
Fiscal Técnico:	Valdir Zarth
Suplentes:	Olisses Bueno

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Considerando que os pneus são componentes essenciais para a operação segura e eficiente da frota municipal, a aquisição de pneus adequados é fundamental para garantir a mobilidade e a prestação de serviços à comunidade de forma sustentável.

Ao escolher pneus que atendam aos requisitos de qualidade, durabilidade e eficiência energética, a administração municipal pode não apenas reduzir os custos operacionais e melhorar a segurança dos veículos, mas também minimizar o impacto ambiental da operação da frota, contribuindo para a conservação de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.

Além disso, ao considerar alternativas como pneus importados, e programas de reciclagem de pneus usados, a administração municipal pode adotar uma abordagem mais sustentável para a gestão de sua frota, promovendo a economia circular e o uso responsável dos recursos.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Portanto, conclui-se que a aquisição de pneus para a frota municipal é viável quando realizada de forma criteriosa e sustentável, considerando não apenas os aspectos técnicos e econômicos, mas também os impactos ambientais e sociais, com o objetivo de promover uma mobilidade urbana segura, eficiente e ambientalmente responsável

Dois Vizinhos, 12 de Abril de 2024.

Joel Roberto da Silva Oliveira

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS

Matrícula Funcional 18396-1

Assinado por 1 pessoa: JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/C964-C3D4-1511-9FCA> e informe o código C964-C3D4-1511-9FCA





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C964-C3D4-1511-9FCA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 23/05/2024 14:37:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/C964-C3D4-1511-9FCA>